

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

**Uma abordagem dialógica sobre a Divisão
Sexual do trabalho!**

Autor: Roni de Mello Peronio

Orientador: Dr. Fabio Diniz Rossi

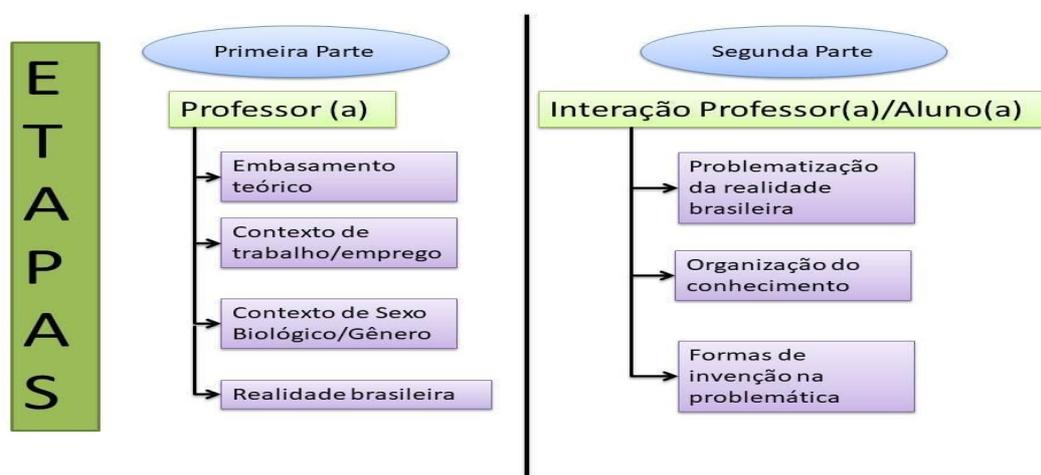
Co-orientador(a): Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio

Apresentação

Esse documento trata-se de uma Intervenção Pedagógica intitulada “**Uma abordagem dialógica sobre a divisão sexual do trabalho**”, é resultado de uma pesquisa que foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT, na instituição associada (IA) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Farroupilha (IFFAR), campus Jaguari-RS.

O objetivo deste produto educacional é desenvolver um olhar crítico dos discentes dos cursos de educação profissional tecnológica sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, inspirar educadores sobre a abordagem sistemática da temática divisão sexual do trabalho em ambientes escolares e não escolares de ensino. Como a desigualdade de gênero é um tema amplo, não há disciplina específica para tratá-la, e, deveria ser tema de todas as disciplinas que compõem o currículo escolar como tema transversal. Esse material poderá ser utilizado por todos os profissionais, independente da área de formação. Dessa forma, essa intervenção está estruturada em duas etapas: embasamento teórico e interação professora(o)/aluno(a) como demonstra a imagem 1.

Imagem 1: Estrutura da Sequência Didática



Fonte: Autor

A primeira parte deste documento foi dedicada aos aspectos teóricos dos principais conceitos que serão abordados, assim, o professor/professora compreende os aspectos históricos da problemática. A partir disso, levando em consideração dados oficiais de institutos de pesquisas, será problematizada a realidade brasileira sobre a desigualdade de gênero no trabalho, levando em consideração as escolhas profissionais marcadas por gênero, desigualdade salariais, dupla jornada de trabalho da mulher e baixo número de mulher em cargos políticos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) cerca de 52% da população brasileira são mulheres, entretanto elas são a minoria em cargos político.

Os dados supracitados deverão ser apresentados de forma articulada, para que os discentes tenham uma compreensão geral do problema, para isso, leva-se em consideração a forma como o homem interage com natureza e com seus pares, criando assim símbolos, crenças, discursos que acabam definindo a forma como idealizamos o mundo.

De forma dialógica e interativa, serão abordados os conceitos de trabalho e emprego. Saber a diferença entre esses conceitos é de suma importância, uma vez que a principal característica de divisão sexual do trabalho é a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, tendo como consequência a dupla jornada de trabalho da mulher. Ademais, esses conceitos serão problematizados com a questão de gênero, neste sentido, abordar os conceitos Sexo Biológico e Gênero é importante porque revelam, em parte, a oposição fundante entre natureza e cultura.

Após a compreensão dos conceitos supracitados, será discutida com a turma formas de intervenções na problemática abordada, assim estimula-se a participação e engajamento de todos nas atividades. A finalidade é que os alunos reflitam sobre possíveis formas de intervenção na desigualdade de gênero no Brasil. A intenção é avaliar o nível de engajamento dos alunos para resolver o problema, bem como o nível de consciência despertada com as etapas anteriores.

Todas as perguntas sugeridas na segunda etapa não tem a intenção de unicamente obter respostas, e sim provocar uma reflexão, levar as discentes a pensarem em temas que não haviam pensado e encontrar caminhos novos para lidar com suas dificuldades. A problematização tem a intenção de ajudar os discentes a olharem as histórias sob outras e variadas perspectivas, além de abrir espaço para formas diferentes de ação e gerar reflexão sobre comportamentos.

Muitas atitudes e significados que damos às coisas são automáticos em nossas vidas, determinados pela repetitividade que acontecem na sociedade e pelo grau de aceitação desses comportamentos. Nas situações relacionadas aos comportamentos femininos e masculinos, por exemplo, isso é fácil de ser percebido, inclusive no trabalho reprodutivo realizado majoritariamente pelas mulheres. Tomamos por óbvia uma série de coisas que caracterizam o homem e a mulher e, por vezes, não sabemos responder o porquê de certas atitudes nossas.

Neste contexto, por meio de debates e compartilhamento de informações, espera-se que os envolvidos nas atividades reflitam sobre o tema e analisem de maneira crítica como eles se relacionam ao nosso dia a dia. Desta forma, inclusive, há possibilidade de mudança de atitudes por parte dos envolvidos, caso eles julguem estarem agindo de maneira inadequada.

Esse documento, não trata-se de um manual ou receita que deve ser seguida à risca, mas de uma sugestão de metodologia, que deverá ser adaptada e reinventada conforme as possibilidades e características do público e local em que for aplicada. Trata-se de um documento que se compromete com a tentativa de fazer uma leitura ampla da realidade, por isso, assume-se a posição abordada por Ronaldo Araújo e Galdêncio Frigotto: Não há apenas uma prática pedagógica para o Ensino Integrado, mas há prática mais adequada.

Para esses autores, as propostas educacionais inovadoras foram aquelas vinculadas às lutas por mudanças. As estratégias de ensino e organização curricular serve o projeto de sociedade que assumimos em função da nossa luta da “Realidade Atual”. Portanto considera-se imprescindível a abordagem da temática desigualdade de Gênero no contexto escolar, levando em consideração a realidade

brasileira. A escola como espaço de socialização, especialmente na educação profissional, não pode se furtar a promover discussões sobre desigualdade de gênero.

SUMÁRIO

Referencial Teórico	7
Formação Sócio-cultural	7
Adaptação/interação do homem com a natureza	8
Primeira Revolução Agrícola	8
Revolução Industrial	10
Revolução do Conhecimento e da Comunicação	12
Associação/colaboração	14
Simbolização/significação	17
A linguagem como elemento de dominação	23
Gênero	25
Ideologia ou igualdade de gênero ?	30
Desenvolvimento da Intervenção Pedagógica	36
Objetivos:	36
Conteúdos trabalhados	36
Organização da turma	37
Tempo de aplicação	37
Problematização	38
Organização do Conhecimento	45
Aplicação do Conhecimento	51
Referências	52

Introdução

Esse material de apoio tem como objetivo incentivar professoras/professores, instrutoras/instrutores a trabalhar as questões de gênero no mundo do trabalho. Desse modo pretende-se que esse material seja utilizado para criar ambientes de diálogos em espaços escolares e não escolares, como isso os discentes estão mais propensos a desenvolver um olhar crítico sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho.

Para isso imperativo e necessário apresentar ao professor/professora ou instrutor/instrutora alguns aspectos teóricos importantes para conduzir da melhor maneira as atividades propostas. Para entender a problemática abordada neste estudo, é necessário entender como se construiu e reconstrói a sócio-história, e, de como se construiu os discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher na sociedade, esse será o objetivo do primeiro capítulo.

No segundo capítulo foi abordado a linguagem/discursos como elemento central que nos torna sociável, ela está/estará presente em todos os e diferente épocas da história, ela é uma ferramenta de dominação do homem pelo homem. Parte-se da premissa que os significados das palavras é resultado de luta de classe, desse modo, será contextualizado o emergência do significado da palavra Gênero, bem como as expressões: ideologia de Gênero e igualdade de Gênero.

No terceiro capítulo serão abordados os conceitos e aspectos históricos de trabalho e emprego e em seguida será feita a relação desses conceitos com questões de gênero, apresentando dados sobre a realidade brasileira. Por último, será apresentado uma proposta de Intervenção Pedagógica que vise a escola não apenas como local de transmissão de conhecimento, mas que seja capaz de relacionar trabalho, ciência e cultura na compreensão das estruturas de poder que legitimam a discriminação motivada por gênero, contribuindo para a busca pela formação omnilateral, desse modo, justifica-se esta pesquisa, pois busca-se identificar, conhecer e intervir nas práticas escolares, contribuindo para uma escola crítica e emancipadora.

Para aprofundar o conhecimento sobre a temática, sugere-se a leitura da dissertação, a qual deu origem a esse material, bem como as obras dos autores/autoras citada neste estudo.

Referencial Teórico

Formação Sócio-cultural

Dentro da evolução global há uma evolução Sócio-cultural da humanidade, significa as mudanças de modo de dizer, de ser, de conviver, de produzir, de simbolizar e de espiritualizar as várias formações sociais. Toda formação social é baseada em três eixos: Adaptação/Interação do homem com natureza; Associação/Colaboração entre os seres humanos; Simbolização/Significados que os seres humanos dão a vida e objetos; Esses eixos funcionam sempre juntos, são como as rodas que fazem andar o que chama-se de história da humanidade. Eles são permanentes e são configurados e reconfigurados através dos tempos, pois estão ligados diretamente a produção e a reprodução das condições materiais e espirituais da vida humana.

Adaptação/interação do homem com a natureza

Esse eixo está relacionada com as as relações dinâmicas do ser humano com o meio ambiente, o ser humano é extremamente interativo adaptativo e flexível, faz a natureza se adaptar às suas necessidades e as suas capacidades de criação, faz isso pelo trabalho. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. O trabalho, então, pressupõe uma ação sobre a matéria bruta ou sobre a matéria-prima, no sentido de convertê-la em um produto caracterizado pela sua utilidade.

Nesse processo, além de interação do homem com a natureza, também há a interação social, nesse sentido, é importante revisitar o passado para entender como se construiu a história da o mulher nos contextos da primeira revolução agrícola, da revolução Industrial e da revolução do conhecimento e comunicação.

Primeira Revolução Agrícola

O período da primeira revolução agrícola foi marcado pela domesticação dos animais e plantas. Nesse contexto, criaram-se vilas, cidades e garantiu-se a infraestrutura e subsistência material dos seres humanos. Foi a partir dessa época que lançaram-se as raízes do patriarcalismo, isto é, da dominação do princípio masculino sobre as mulheres na organização da vida humana (BOFF, 2010).

O homem desempenhava o papel do caçador, mas cabia às mulheres o preparo da terra e os cuidados com as plantas. Com a domesticação dos animais e o desenvolvimento da agricultura intensiva, uso de arado, ocorre um aumento na produção, caracterizado como capital excedente, o que possibilitou a volta do homem a organização social, com a finalidade de vigiar e proteger o grupo de saques que porventura viessem a ocorrer (LOP, 2009).

Com os excedentes dos suprimentos alimentares, ficou determinado o lugar da mulher nessa nova economia, corresponde com a materialização da organização social do grupo, pois, as palavras lar e mãe estão expressas em todas as fases da agricultura neolítica. A mulher tinha como responsabilidade: cultivar na terra, fabricar os primeiros objetos em argila, cuidar do bem estar dos filhos (LOP, 2009).

O acúmulo de alimento, com uma economia agrícola intensiva à base do arado, exige a volta do homem caçador, com seu comportamento e habilidades rudes, para proteger a aldeia da invasão de outros grupos que intencionavam saquear o alimento estocado (LOP, 2009). Se na agricultura a base da enxada, a força física masculina não era mais necessária, na agricultura à base do arado, esta se faz necessário, tornando motivo para o homem desempenhar a função de provedor do grupo. Nessa nova fase, cabe ao homem proteger a aldeia e prover seu alimento. E, com o acúmulo de conhecimento e novas tecnologias de metais, pois o homem aprendeu a fundir tal minério, homem foi gradativamente modificando seu meio, produzindo cada vez mais (LOP, 2009).

A nova técnica proporciona ao homem possibilidade de produzir não somente novos instrumentos de produção, como o arado, mas, também, novos instrumentos de defesa. Nesse contexto o homem ganha um papel de destaque no grupo, o de protetor, defendendo as aldeias de outros grupos, bem como de animais selvagens.

Talvez isso represente a evolução de simples caçador para chefe político e a ascensão ao poder. Nesse processo civilizatório a mulher havia perdido seu poder para o homem, os homens já estavam agindo instaurar a descendência patrilinear, pois a sociedade que se instituiu tinha agora as marcas masculinas (LOP, 2009). Nessa nova sociedade, as relações de poder são masculinas, bem como a propriedade que não é mais coletiva, e sim privadas, pertence ao homem e, como um desses bens, está a mulher.

Nesse período, as condições físicas do homem garantiram a ele seu retorno como indivíduo atuante no grupo, da função de proteção à função política. Isso traz a percepção de que na nova sociedade que estava sendo instituída, a propriedade privada pertencia ao homem que detinha o controle político. A mulher já não possuía uma função honrosa na sociedade que estava emergindo, isso foi fundamental para definir qual deveria ser a ocupação da mulher no mundo do trabalho nos séculos seguintes.

Nessa nova sociedade de consumo que emergia, traz presente a crueldade da sociedade em relação à mulher. De reprodutiva ela passou a ser produtiva, sem poder se livrar dos muitos estatutos, a mulher tem que dar conta de muitas coisas, isso a inibe de lutar politicamente. Da agricultura à indústria ela continua mãe, esposa, trabalhadora, empreendedora, e uma gama de atribuições, sem o devido reconhecimento. Isso não parece ser por acaso, é um modo de evitar que ela se empodere.

Revolução Industrial

Nesse período, criou-se a máquina que incorporou a si a força física do ser humano que não precisa mais fazer grandes esforços, carregar pesos e gastar sua saúde na produção. Manteve-se e até reforçou o patriarcalismo, pois aumentou os meios e as formas de dominação sobre as pessoas e a natureza.

Fim do século XVIII e início de século XIX, fase marcada pela consolidação capitalista ocorreu a incorporação de trabalho feminino,. As principais ocupações das mulheres eram: serviços domésticos, emprego agrícola, domiciliar e fabril, destaquem para costura (GUIRALDELLI, 2012).

Ressalta-se que, nessa mesma época, os movimentos operários que surgiram na industrialização do país defendiam o retorno das mulheres ao lar, entendiam que era de competência feminina e zelo pela casa e pela dedicação à maternidade (GUIRALDELLI, 2012). Episódios como esse demarcaram a posição dos homens e das mulheres no mundo do trabalho e garantiram os privilégios, status e ocupações diferenciadas na esfera produtiva, resultando numa completa desvalorização, desqualificação e inferiorização dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres.

Para esse autor, na época adotar o trabalho feminino era conveniente, porque as mulheres eram mais “dóceis”, além de que, os salários eram inferiores, por significar um rendimento complementar ao orçamento familiar, frisando que a principal ocupação da mulher era a dedicação aos serviços domésticos.

Essa diferença salarial persiste nas profissões exercidas por homens e mulheres, dentro do espaço fabril, as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres.

Havia uma distinção entre o trabalho masculino e feminino. Os trabalhos intelectuais eram desenvolvidos por homens, enquanto trabalhos rotineiros por mulheres, o trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requer conhecimentos técnicos era atribuído aos homens. (ANTUNES, 2009). Para esse autor a expansão do trabalho feminino tem sido em trabalho precarizado, marcado pela informalidade, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens.

Para Costa e Pinheiro (2015), o capitalismo depende de uma estratégia de dividir para reinar, desse modo a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de gênero, de classe, de raças e das práticas sociais, por isso que a divisão sexual do trabalho não se resume a divisão de tarefas: são regras de dominação de gênero que se reproduzem no tecido social e interfere até mesmo no processo de organização política da mulher, desse modo

força de trabalho masculina aparece como força livre e a força de trabalho feminina aparece como sexuada.

Há dois mecanismos de segregação enfrentados pelas mulheres: segregação horizontal e segregação vertical (OLINTO, 2011). A primeira, as mulheres são levadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens, elas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades que consideram ou são levados a considerar como mais adequados para elas. Essa segregação inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero.

A segunda é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não possam progredir nas suas carreiras profissionais. Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como ‘teto de vidro’, indicando os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens.

A principal característica de divisão sexual do trabalho é a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado. Desta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização, trabalho de homem “vale” mais do que trabalho de mulher (COSTA, PINHEIRO *apud* KERGOAT, 2015). É nesse momento em que qualificam ou desqualificam as funções e tarefas femininas.

Revolução do Conhecimento e da Comunicação

Nessa revolução criou-se outro tipo de máquina que incorporou-se a força mental do ser humano: o trabalho intelectual, a invenção através do computador, do robô e da Informática. Essa revolução também foi marcada pelo patriarcalismo, isso porque até o século XVIII as mulheres eram proibida de estudar.

Nas primeiras décadas do século XX, a ciência era definida como carreira imprópria para mulheres, era profissão exclusiva de homens. As mulheres eram proibidas de freqüentar lugares públicos, entrar em bibliotecas, universidades, publicar resultados de suas pesquisas ou discutir em posição de igualdade sobre seus conhecimentos com os cientistas homens. A algumas mulheres cientistas usaram pseudônimos masculinos para poder comunicar-se com outros cientistas e serem ouvidas e respeitadas (CARVALHO, CASAGRANDE, 2011).

Segundo Mosconi (1994 *apud* KOVALESKI, PILIATTI, 2005), essa proibição teve duas conseqüências para a instrução das mulheres. Em primeiro lugar, ao instruírem-se, as mulheres não tiveram acesso a saberes produzidos por indivíduos do seu sexo, mas há saberes produzidos por homens que, muitas vezes, davam-lhes imagens desvalorizadas do seu sexo. Portanto, nada ou pouca coisa nesses saberes permitiram pensar, compreender e teorizar a sua própria experiência, a sua própria situação social, o seu próprio lugar nas relações sociais de sexo.

Só a partir do século XVIII foi permitido o acesso das mulheres na universidade. O primeiro país a permitir foi os Estados Unidos em 1834. Na Suíça, esta permissão ocorreu em 1860 e na França em 1880. Na Alemanha, esta liberação aconteceu em 1900 enquanto que na Inglaterra foi em 1870, apesar de que algumas universidades britânicas não autorizaram o livre acesso das mulheres até meados do século XX.

No Brasil, a permissão para a entrada das mulheres na universidade se dá em 1879, sendo que em 1887 a primeira mulher, Rita Lobato Velho Lopes, recebe o grau de médica (SOBREIRA, 2006). Os historiadores da educação brasileira que abordaram o tema da educação feminina demonstram que a educação escolarizada para as mulheres não tinha sido uma preocupação da sociedade patriarcal brasileira até meados do século XIX (KOVALSKI, PILATTI, 2005).

Para esses autores, Intelectuais de extração liberal e positivista, como Teixeira Mendes, Tito Lívio de Castro e José Veríssimo, embora aceitassem a educação feminina, recomendavam que ela não ultrapassasse os limites da formação de donas-de-casa e mães de família. Mas foi o grupo dos católicos que

tinha a maior repulsa pela emancipação feminina. O Barão de Rio Branco definiu um projeto de “revolução dentro da ordem” para a educação feminina cujas disciplinas seriam prendas domésticas para formar damas prendadas e boas donas-de-casa.

A ciência foi uma construção social que se deu sob parâmetros considerados pela sociedade ocidental da época como masculinos, tais como a objetividade e a racionalidade. O rigor científico era considerado uma qualidade dos homens e, caso as mulheres a ele se dedicassem, poderiam sofrer conseqüências em sua saúde (CARVALHO, CASAGRANDE, 2011). Para os autores, o modelo e cultura masculinos de sucesso na ciência envolvem relações acadêmicas competitivas entre pares e o compromisso integral com o trabalho científico. Para que as mulheres “cheguem lá” implicam de enfrentar e superar dificuldades e barreiras que começam a ser constituídas no processo de socialização diferenciadas entre meninos e meninas.

A escola como protagonista nesse processo, precisa mudar a lógica do ensino “taylorista”. Para Lopes (1997) a linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Para essa autora os currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos. A seleção dos conhecimentos é reveladora das divisões sociais e da legitimação de alguns grupos em detrimento de outros.

[...] se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOPES, 1997, p 85).

A lógica “taylorista” o foco não é nem o ensino, e nem a aprendizagem, mas politicamente mostrar quem manda. Isso é altamente nocivo, também para as mulheres, tendo em vista que quem está no poder tende a dividir os servidores em

duas categorias: as ovelhas submissas e os inimigos; Assim, o foco das gestões não é democratizar as instituições, mas manter o mesmo grupo no poder *ad eternum*. As mulheres, nesse sentido, acabam aceitando a condição de coadjuvantes.

Não se trata de alimentar uma postura reducionista ou ingênua que supõe ser possível transformar toda a sociedade a partir da escola ou supõe ser possível eliminar as relações de poder em qualquer instância, entretanto é necessário alimentar a postura defendida por Paulo Freire: *“se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental ela pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, ela não pode ser a reprodutora da ideologia dominante”* (FREIRE, 1996, p. 112). Para esse educador, aprender é um ato revolucionário. Por meio da educação, e de maneira coletiva, se compreende a realidade, explica a realidade para depois transformá-la. Assim o indivíduo toma consciência de sua condição histórica, assumir o controle de sua trajetória e conhecer sua capacidade de transformar o mundo.

Paulo Freire tem uma visão marxista da educação. Ela não pode ser praticada apenas como compreensão e explicação da realidade. Mas, como dialética de transformação. Exemplo, o machismo não deve ser apenas compreendido e explicado, mas compreendido, explicado e superado. A escola não pode ser a única responsável por transformar a sociedade, mas a sociedade passa por ela, portanto, não pode se furtar de ser agente de transformação e não perpetuação de injustiças.

Associação/colaboração

Os seres humanos não vivem, convivem. Associam-se em famílias, tribos, vilas, cidades, estados. Introduzem divisão social do trabalho, distribuem as responsabilidades, a partir da sua participação no processos produtivos e na capacidade decisão sociais, criam grupos sociais diferenciados. Esta diferenciação se mostra na forma como são modeladas as relações de gênero. Para Boff (2010) a sociedade se constrói por estruturas econômicas e políticas e pelo dinamismo ligado às classes em conflito. Assim, em todas as sociedades, os cidadãos organizam-se suas vidas dentro de duas lógicas: a da casa (o privado) e a da rua (o público).

Casa significa o conjunto das relações parentais, amicais exclusivas dos membros, vivem relações de privacidade de espontaneidade, de imediato que não se encontram na sociedade. Na casa a despeito das diferenças do sexo, das idades e dos graus de parentesco, a pessoa vive uma atmosfera amorosa e includente. É no interior da casa que cada um faz seu processo de socialização primária, elabora as suas matrizes fundamentais e constrói sua identidade.

A rua (público) configura-se como o conjunto de relações de trabalho, de luta pela vida, de hierarquias e ordenações sociais entre os indivíduos anônimos, é a estruturas que formam a esfera do público e do oficial. Nessa esfera vigoram as leis, a informação do status social e profissional, o tempo dos relógios, o trabalho eficaz, as relações sociais baseada na competitividade.

O processo de construção do ser social começa na casa (privado). Aristóteles já afirmava isso, para ele a condição do ser "cidadão" era dada àqueles que tomavam parte na cidade (Polis), o desenvolvimento da plenitude humana só tem lugar na cidade: *"Aquele que não pode viver em sociedade, ou não necessita de nada para sobreviver, é uma besta ou um Deus"*. A casa é a unidade primeira da cidade, e que deve constar de escravos e livres. Na casa encontra-se três tipos de relações: amo e escravo, marido e mulher e pai e filho. Na teoria política de Aristóteles, a natureza define quem manda e quem obedece:

É claro, pois, que o mesmo ocorre também com os demais casos, de sorte que, na maioria, os que regem e são regidos o são por natureza. O livre rege o escravo de modo diferente do que o macho rege a fêmea e o pai, o filho. Em todos eles existem as partes da alma, porém de modo distinto: o escravo não possui a faculdade deliberativa, a fêmea a tem, porém desprovida de autoridade, e o filho a tem, porém imperfeita. Temos que supor que ocorra necessariamente algo semelhante com as virtudes morais: todos participam delas, porém não do mesmo modo, mas cada um na medida suficiente para seu ofício. Assim o que rege deve possuir a virtude moral perfeita (ARISTÓTELES Apud COLLING, 2014 p. 55).

Para Aristóteles as relações desiguais faz parte da natureza: O livre rege o escravo, o macho rege a fêmea e o pai rege o filho. O discurso aristotélico foi seguido vários filósofos, que colocaram em dúvida a aptidão da mulher para as questões de mando, insistindo na sua menoridade. Ressalta-se que mesmo sendo um dos mentores da democracia ocidental, Aristóteles não considerava que as

mulheres e crianças pudessem exercer a cidadania, tendo em vista que não podia se manifestar em público (COLLING, 2014).

Nessa época as mulheres não tinham vida argumentativa, espaço público elas eram mais reprodutivas e cuidadoras do lar e da agricultura. A Ação como Hannah Arendt e Aristóteles disseram, como ato político, era 'coisa de homem'. Ação aqui como cidadania ativa, votar ser votada e debater em público as suas demandas e ideias, isso era impensável para a época, as mulheres tinham papel de gestoras da casa, não do que era público, aliás, os números sobre o baixo número de mulheres em cargos eletivos mostram que a realidade não mudou, infelizmente.

Os discursos sobre a imagem da mulher, sua representação, definiam não somente normas de comportamento, como normas jurídicas e preceitos morais, referendados por construções textuais como o relato bíblico da criação e a queda do paraíso. As leis que normatizam a vida em sociedade seguiram muito de perto os discursos religiosos, os juristas justificam a inferioridade das mulheres a falta de força física, questões relacionada com a honra e a moral, bem como a suposta incapacidade intelectual (COLLING, 2014). Toda essa concepção está relacionada com o interesse de manter a riqueza e poder em mãos masculina. Isso teve como consequência uma diminuição da capacidade jurídica das mulheres em relação aos homens.

Na Grécia Antiga as mulheres padeciam de certa naturalização e subserviência aos homens, por causa disso e disso, a mulher adolescente casava com um homem mais velho, para ser "criada", leia-se, adestrada. O lado bom é que a subjetividade poderia ser constituída, portanto, não há espaço para essência, por outro lado, essa criação só interessava aos homens. Na Roma Antiga, se pegarmos o verbete em *Latim, Fâmulus*, da palavra família a definição é: conjuntos de coisas (res) um homem – Terra, bois, vacas, filhos e mulher.

Nesse contexto, construiu-se discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher nas relações sociais. Desse modo as relações de poder entre homens e mulheres, eram também relações entre rua (público) e casa (privado):

Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar, as mulheres são perigosas para a ordem pública. Poderíamos arrolar e multiplicar as

citações que conclamam as mulheres a não se misturarem com os homens, permanecendo em sua função caseira e materna (COLLING, 2014, p. 24).

Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade, como se a mistura de papéis sociais lhes retirasse o solo seguro, uma clara relação de poder dos homens sobre as mulheres. Em 1793 Olympe de Gouges foi morta por tentar ultrapassar esse limite. Olympe é autora do primeiro Manifesto público em favor dos direitos da mulher (Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadania). Os revolucionários franceses a acusaram de dois “pecados”: querer ser um homem de estado. A acusação de tentar ser um homem de estado, era escrever (usar o discurso), tentar ultrapassar a barreira no privado. A acusação de trair a natureza de seu sexo, era não se dedicar exclusivamente às paredes do lar, ao casamento e a maternidade, destino “natural” de todas as mulheres. A influência do pensamento aristotélico na sociedade contemporânea se dá pela baixa representatividade da mulher em encargos políticos e encargos onde demandam poder de decisão.

Simbolização/significação

Na interação homem a natureza e nas interações sociais, os seres humanos não só falam, pensam e organizam, mas também avaliam, ajuizaram fatos e criam valores. Interpretam a vida e a morte, elabora um sonhos, formulam projeto e colocam indagações que ganham expressão intelectual nas filosofias, expressão simbólica nas religiões e nas tradições espirituais e expressão formal nas ciências (BOFF, 2010, 105).

Por estar num campo mais abstrato e subjetivo, em comparação com os outros eixos, neste eixo encontram-se as narrativas mais fortes contra a mulher, trata-se da religião como instrumento de dominação do homem sobre a mulher. Para Chassot (2017) nós não somos uma sociedade machista por acaso, fomos construídos assim.

Essa afirmação baseia-se na nossa tríplice ancestralidade: grego, baseada nos mitos e nas concepções biológicas de fecundação de Aristóteles; judaico, com a cosmogonia, particularmente com a criação de Adão e Eva; cristã, com as explicações disseminadas do judaísmo, a radicalidade de interpretações.

É possível encontrar, em narrações dos mitos religiosos fundantes do relacionamento dos gregos com seus deuses, a versão mais mítica da origem da mulher. Na mitologia grega os mortais (deuses) e imortais (humanos hermafroditas) formavam uma sociedade homogênea em que a felicidade reinava. Certo dia Prometeu rouba o fogo do Olimpo e o presenteia aos humanos. Zeus resolve dar um mal àqueles que estavam muito felizes com o presente de Prometeu: dá-lhes a mulher.

Os deuses modelaram uma criatura (mulher) artificial que dará origem ao gênero mulher, criaturas que trazem o fim do contentamento e da auto-suficiência. A mulher se chama Pandora e traz contigo uma caixa fechada, de onde deixara escapar todos os males que passam sobre os homens. Pandora (homóloga a Eva na tradição judaica) põe perder o mundo idílico, pois determina a cisão de seres hermafroditas, pela necessidade de ela possuir um homem. Como consequência se desencadeiam novas cisões e novos rearranjos e pares agora de homens e mulheres (CHASSOT, 2017 p. 82)

Os mitos tinham, especialmente em sociedades ágrafas (sem escrita), o status de livros sagrados, em virtude disso, não se pode desqualificar os relatos míticos (CHASSOT, 2017). Além dessa versão mítica da origem da mulher, há também a teoria de fecundação de Aristóteles.

Para Aristóteles as sementes (espermatozoides) masculinos estavam dotadas de todas as características que teria um novo ser, e qualquer imperfeição que a nova criatura viesse a ter era culpa da mulher. Se o novo ser fosse fêmea, isso era considerado um sinal de impotência do homem. Para Aristóteles há duas formas de caracterizar o corpo feminino: *“a analogia e a inferioridade aos corpos masculinos; os machos têm o cérebro mais volumosos que as fêmeas, são os homens que tem o maior número de suturas na cabeça”* (ARISTÓTELES Apud CHASSOT, 2017). Parece que a teoria de Aristóteles permanece no século XXI, em 2005 Lawrence H. Summers, então reitor da Universidade de Harvard, afirmou que o fato de haver menos mulheres na ciências exatas está ligada às diferenças cerebrais entre os gêneros (RODRIGUES, 2014). Essa declaração está cheia de preconceitos, bem como demonstra a influência de Aristóteles no século XXI.

Nossa ancestralidade judaica é baseada na narrativa bíblica: a mulher é produzida do homem, é criada a partir de uma costela de Adão. Mas há outros motivos para a discriminação. Eva torna-se responsável pela perda do paraíso, foi

ela quem deu crédito a serpente. Deus tinha permitido ao homem comer todos os frutos do jardim, com apenas uma exceção: “*mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás, por que o dia que dela comeres certamente morrerás*” (Gênesis, 2:17). Após comer o fruto proibido, Deus dá o castigo a Eva: “*A paixão vai te arrastar para o teu marido e ele te dominará*” (Gênesis 3:16). Esse é o exemplo mais explícito que marca a relação da dominação da mulher ao homem, consequentemente inibindo-as para ciência e para vida pública.

A influência bíblica influencia diretamente na divisão sexual, uma vez que a masculinidade foi associada ao *homo economicus*, aquele que age com racionalidade, e a feminilidade, associada ao sentimentalismo, muitas vezes irracional (SOUZA e GUEDES, 2016). Na nossa ancestralidade cristã, as mulheres de cultura, com educação, eram uma praga para os maridos, para os filhos, para a família, para os criados, enfim para todos (ROUSSEAU *apud* CHASSOT, 2017). O autor destaca que Rousseau não era voz isolada que diminuía a existência da mulher. O bispo Hipona ensinava que todos os problemas da humanidade começaram com o pecado de Eva (comer o fruto proibido). Tomás de Aquino (1225-1227) ensinava que “*o homem é o princípio e fim da mulher, assim como Deus é o princípio e o fim de todas as criaturas*”. Para Hipócrates (460-400 a.c) considerado o pai da medicina “*a língua é a última coisa que morre em uma mulher*”. Para Platão (428-348 a.c) “*os homens covardes que foram injustos durante sua vida serão transformados em mulheres quando reencarnarem*”. Augusto Comte: (1789-1857) “*Quando vejo uma mulher ligada à história, a questões jurídicas, à lógicas, eu tenho crise*”. Em 1880 o papa Leão 13 explicita qual deveria ser o papel de mulher na sociedade:

o homem é a cabeça da mulher como cristo é a cabeça da igreja. A mulher deve ser submissa e obediente ao marido, não como uma serva, mas como uma companheira, isto é, de modo que a submissão que lhe presta não seja separa nem do decoro e nem da dignidade (CHASSOT, 2017 p. 93).

A tradição cristã judaica colaborou de maneira decisiva para a insinuar a “inferioridade” da mulher. O relato da criação da mulher, bem como a da sua parte na tentação de Adão e sua conseqüente condenação por Deus, danando toda a humanidade, tem efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da

dignidade do feminino (COLLING, 2014). Exemplo disso é o sermão do Padre Antônio Vieira (1608- 1697):

[...] todos os trabalhos e calamidades que padecemos na vida, toda a corrupção e misérias a que estamos sujeitos na morte, todos os males, penas e tormentos, (...) tiveram seu princípio e trazem sua origem desde o pecado, por isso chamado original. De toda esta infelicidade foi causa uma mulher, e que mulher? Não alheia, mas própria, e não criada em pecado, mas inocente, e formada pelas mãos do mesmo Deus. (...) Todas as dores, todas as enfermidades, todas as fomes, todas as pestes, e guerras, todas as destruições de cidades e reinos, todas as tempestades, terremotos, raios do céu e incêndios, (...) que outro princípio ou causa tiveram, senão a intemperança e castigo daquela mulher, não tomada ou roubada a outrem, senão própria, e dada pelo mesmo Deus ao homem: *mulier quam dedisti mihi* (Gn 3,12) (VIEIRA Apud COLLING 2014, p. 68).

Da condenação bíblica provém a ideia de impureza da mulher, nomeadamente nos períodos femininos da menstruação e do parto, quando estava proibida de frequentar o templo e acusada de macular as coisas que tocasse.

A Idade Média era considerada uma sociedade monopolista religiosa, isto é, a religião possui um monopólio simbólico efetivo. Essa sociedade supõe uma divisão social do trabalho desenvolvido e, em consequência, uma importante diferenciação na estrutura social, com excedentes econômicos. Existe uma união dos poderes religiosos e políticos, isso implica direto na organização social contemporânea. Cada detentor de um poder é uma autoridade no sentido, ou seu poder tem uma origem sagrada e/ou as legitimidades emanam do poder transcendental da divindade.

Neste sistema, as mulheres são fechadas na família, excluídas de todos os poderes e submetidas à dominação dos homens, que exercem um estreito controle sobre sua sexualidade (KOVALESKI, PILATTI, 2005). Nesse modelo de sociedade a mulher é tida como propriedade do homem, primeiro sob a autoridade do pai, segundo sob a autoridade do marido, dessa forma as mulheres eram excluídas do poder e, ao mesmo tempo, do conhecimento.

Nesse período, as mulheres gozam de uma situação ambígua. A Igreja acolhe nos seus conventos muitas mulheres privadas do apoio masculino, envolvidos pelas numerosas guerras. Por outro lado, persegue impiedosamente como “feiticeiras” todas as mulheres que procuram aprofundar os seus conhecimentos e enveredam pelo “perigoso caminho da magia”. Milhares de mulheres foram torturadas e mortas

durante as terríveis “caça às bruxas” que, sob a capa da religião, esconderam muitas vezes perseguições políticas (COLLING, 2014).

Isso aconteceu porque as mulheres celtas eram muito inteligentes e não aceitavam a submissão aos homens, eram ruivas, em sua maioria, médicas, farmacêuticas e cientistas. Basta olhar nos textos antigos entre as características das bruxas, apareciam mulheres com cabelo de fogo, vermelho, e com uma enorme gama de defeitos morais, na verdade tinham uma única qualidade mais evidente: não aceitavam submissões, por isso eram caçadas e dizimadas. O principal feitiço dessas mulheres eram ser humanizadas, intelectualizadas e portanto, não aceitavam o jugo dos homens.

A origem da discriminação da mulher é tão distante quanto o surgimento da ciência no mundo. Se tomarmos como exemplo, as bruxas perseguidas, julgadas e condenadas, nada mais eram do que mulheres muito inteligentes que não aceitavam ser subjugadas. Inclusive as características físicas descritas como peculiares das bruxas, eram, normalmente, de mulheres celtas, que por natureza eram estudiosas e dominavam conhecimentos diversos, por isso eram consideradas perigosas.

Se tomarmos como exemplo a interpretação que foi dada desde os primórdios e de modo ideológico a Midraxa (‘novela’, em hebraico) da criação notamos que não foi por acaso que tivemos uma visão patriarcal distorcida do simbolismo da mulher. Eva não era uma mulher, é um verbo no infinitivo havvah que significa viver. E Adão não era um homem, em específico, mas Adamah que significa humanidade.

O sentido textual da midraxa hebraica da Criação era justamente a libertação, por isso, escrito na Babilônia, em época de escravidão o texto, simbolicamente remete à uma ideia de que se Deus descansou ao criar tudo em seis dias, no sétimo, deveríamos dedicar um dia ao descanso. Tanto é que domingo vem de domenica (italiano) que por sua vez, vem de dominus (senhor) em latim. O dia do senhor ou o domingo foi a grande conquista da cultura humana em detrimento do trabalho intermitente.

No entanto, esse mesmo projeto ‘libertário’ não foi favorável à mulher. Se avaliarmos cuidadosamente não a narrativa e a interpretação do texto e contexto do livro do Gênesis, da Bíblia cristã, mas a interpretação moralista que seu deus a tal

texto, o pecado entra no mundo pela mulher, é Eva que cede à tentação da serpente e praticamente seduz Adão. O homem foi expulso do Paraíso, em grande parte, por culpa da fraqueza de Eva que induz Adão ao erro.

Há nessa tradição interpretativa dois erros graves, o de cunho linguístico: semântico, filológico e etimológico (Havvah - viver- é um verbo no infinitivo e não uma mulher) e o erro ideológico de gênero de que a mulher é inferior ao homem, proveniente de uma de suas costelas, portanto, veio depois, foi criada por causa do homem e para ele.

Por isso não há como falar de dominação masculina sem falar de religião, das interpretações equivocadas. Nesse sentido, Marx não aborda diretamente as relações de gênero, mas faz importantes considerações a respeito da religião como instrumento de dominação. Para ele a Bíblia foi o primeiro livro a entender tudo, é por isso que é um elemento central de poder tão difícil de combater.

Os discursos religiosos, bíblicos são elementos mais poderosos usados para desmoralizar, definir e dominar a mulher. É comum, nos dias atuais, presenciar/escutar alguns desses discursos na sociedade. Exemplo disso, foi a declaração feita por Damares Alves, Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos: “[...] *nós entendemos que um casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento. Então essa é uma percepção lá dentro da minha igreja, dentro da minha fé*”, declarou Damares¹.

Para Feuerbach não foi Deus que criou o homem, foi o homem que criou o Deus, para Feuerbach Deus é uma projeção de nossas idealidades, de nossas essências imaginadas, ele é ideia que homem projetado em uma transcendência. A partir da desse ideia defendida por Feuerbach, Marx reafirma que o homem inventou Deus por que precisou, devido a sua vida em sociedade, do seu pertencimento, das suas relações sociais e assim por diante (*Apud* FILHO, DAINEZI, 2012).

Se para Feuerbach a teologia é uma antropologia, tendo em vista que o homem é frágil e temeroso, inventa um Deus forte e imortal para se conformar. À esteira de Feuerbach, Marx apregoa que a religião é o ópio do povo, isso porque

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/16/damares-diz-que-em-sua-concepcao-crista-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento.ghtml>

não lhe permite compreender, explicar e transformar as relações de injustiças. Poderíamos dizer que no caso do machismo também. Simbolicamente a religião poderia usar suas crenças e dogmas para levar o respeito e promover a dignidade humana e não usar as verdades religiosas para oprimir e degradar quem historicamente já sofreu bem mais que o necessário.

Para Marx a resposta do porquê o homem inventou Deus está na sociedade nas relações entre homens. Quando Marx fala de Deus, faz ao mesmo tempo a crítica da consciência do homem que o fabrica e da realidade que patrocina essa consciência. Para ele o homem pensa em Deus porque vive como vivem, a verdadeira crítica não é a crítica da consciência, mas sim das condições materiais da consciência. A crítica da religião deve ser a crítica sociológica da religião, que explique a consciência religiosa como a consciência falsa, pela falsidade do mundo real.

A principal crítica que deve-se fazer à religião é afirmação que ela faz sobre o mundo, ela propõe que o mundo é como é, porque Deus quis assim. Com essa postura houve a dominação total da natureza pelo ser humano, reafirmou o patriarcalismo, pois o projeto de dominação foi digitado e implementado pelo homem macho, marginalizando a mulher e identificando-a com a natureza. Natureza e mulher, no entender desse projeto, devem ser submetida ao homem.

É necessário uma nova forma de abordar a integração de religião, homem e natureza, que deixe para trás as religiões de cunho patriarcal, que integra o masculino e feminino, enfatiza a ligação entre a fé e a vida, que reafirma que a totalidade do universo está situada no interior de uma única atividade primordial, isto é, Deus está em todas as coisas e todas as coisas estão em Deus, ele não habita apenas no céu, mas em todas as partes, especialmente na profundidade do coração humano (BOFF, 2010).

A linguagem como elemento de dominação

Existe um elemento central que nos torna sociável, presente em todos os eixos supracitados, a Linguagem. Ela foi/é fundamental na construção/reconstrução da sociedade, é através dela que se constroem os discursos, seja de opressão ou de

libertação. A linguagem e a comunicação estão na base da sociedade humana, sem o domínio linguístico, sem a lógica comunicativa e participatória não se constrói a coesão social, nem as intervenções que modificam o meio ambiente.

É a partir da linguagem que os seres humanos elaboraram a reflexão e a consciência do eu, por ela eles constroem o mundo como rede de significado e como habitat com regularidade e com dinamismo que fazem adaptar-se e evoluir continuamente (BOFF, 2010). Para esse autor o surgimento da linguagem estaria ligado às relações efetivas entre os seres humanos, associadas às coletas e as partilhas dos alimentos.

Para Aristóteles (*Apud* FILHO, DAINEZI, 2010), o homem é um animal político dotado de logos (discurso, razão, linguagem), isto é, a vida em sociedade é condição da humanidade do homem. É graças a linguagem que o homem transcende de sua natureza, que pode atribuir valor a própria vida, que pode valorar o mundo, decidir entre o certo e o errado, o justo e o injusto, o adequado e o inadequado. É graças a linguagem que o homem tem moral.

Como a mulher foi historicamente excluídas dos espaços públicos, foi através da linguagem que se construiu discursos sobre a moral da mulher e qual deveria ser seu papel na sociedade, isso porque a sociedade e linguagem se interconectam no desenvolvimento. Discurso é entendido como aquilo que está instalado nos aparatos jurídicos, no cotidiano, nos gestos e costumes, nas instituições e até mesmo na arquitetura (COLLING, 2014).

A linguagem é o elemento central de poder, pois graças a ela o homem pode vislumbrar a construção do mundo. Para ele a linguagem é igual à força, ao poder, à dominação. É graças a palavra que se busca a dominação. A linguagem é o instrumento de dominação do homem pelo próprio homem, no caso da problemática abordada neste estudo, é instrumento de dominação do homem sobre a mulher.

Para Sócrates (*Apud* FILHO, DAINEZI, 2010) o pensamento é linguagem e a linguagem é pensamento, para ele a matéria-prima que você usa para falar, usa para pensar, pois você pensa com a linguagem e fala com a linguagem. Para Sócrates o pensamento tem como matéria-prima a linguagem, e o sentido da linguagem é um sentido socialmente definido, "*eu só posso entender por que eu penso e o que eu*

penso se investigar a sociedade onde vivo", porque é nessa sociedade que são definidos os significados e os sentidos das palavras que eu uso para pensar.

Na perspectiva marxista, sobre a linguagem, os sentidos das palavras são definidos, a rigor, a partir de relações de poder, e não enquanto convenção. Para Marx os sentidos das palavras é um objeto de luta. Exemplo disso é expressão ideologia de gênero, para alguns se trata da destruição da família tradicional, baseada nos discursos religiosos. Para outros se trata de uma bandeira que visa a igualdade de direitos que historicamente foram negados às mulheres. Outro exemplo é a palavra feminista, para uns trata-se de apenas um estereótipo da mulher (sovaco peludo, peito de fora, etc.), para outros trata-se de um movimento que visa a igualdade entre os sexo.

Desse modo, os discursos religiosos, filosóficos, médicos foram primordial para definir o papel da mulher na sociedade. Nos dias atuais, se as pessoas dizem o que dizem é porque, de certa forma, elas estão inseridas numa estrutura social em que existem classes sociais que estão em luta. O uso do discurso é legitimador de uma dominação de classe, ele não é neutro, nem politicamente, nem socialmente, ele se disfarça de neutralidade.

O discurso é eficaz como instância de dominação simbólica exatamente porque nunca é claramente vista como tal, a partir disso surge outra regra de dominação: todo e qualquer tipo de dominação será tanto mais eficaz quanto melhor se camuflar. Desse modo, trabalhar com a história das mulheres exige entender como uma bem arquitetada invenção. As mulheres, assim como os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas.

Reconhecer os discursos e as práticas que nomearam as mulheres ou as silenciaram no campo da história é uma tarefa primeira. Segundo Veyne (*apud* COLLING, 2014) os discursos são as lentes, através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram.

A história do discurso masculino sobre as mulheres demonstra que, do ponto de vista teórico, as mulheres não existem. São construções de discursos convergentes da filosofia, religião, medicina, ciência. Na história das mulheres a dimensão da linguagem, dos discursos, passa a ser uma ferramenta de análise

importante, agora não mais como meio de representação da realidade. A linguagem não é só vocabulário, mas discurso que numa relação de saber e poder, determina verdades e nos subjetiva (COLLING, 2014).

Os discursos que nomearam o masculino e o feminino se revelaram profundamente na cultura ocidental e estabeleceram a preponderância do masculino e a subordinação do feminino.

[...]em sua História da Sexualidade e Hermenêutica do Sujeito, Foucault se ocupa da função do discurso como formador da subjetividade. Esta função consistiria em ligar o sujeito à verdade. Ele explica que “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade.(COLLING, 2014, p. 37)

A linguagem está presente em toda a fase da evolução da vida em sociedade, por isso ela é tão importante. Se os discursos que definiram e definem o papel do homem e da mulher nascem em uma determinada estrutura de poder, esses discursos podem/devem ser desfeitos, sob a condição que se saibam como foram feitos, essa é a tarefa central desse material.

Gênero

Como já foi supracitado, os significados das palavras é resultado de luta de classe. Admitindo que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história, o conceito de gênero que pretende-se enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado lingüística e politicamente em suas lutas e, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se recupere um pouco de todo o processo.

No início dos anos 80 teóricas feministas criaram o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público. A partir disso, a categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis e teve como objetivo principal introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um

fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social (COLLING, 2014).

Esta categoria de análise permite reescrever a história, levando em conta o conjunto das relações humanas, sempre lembrando que a relação entre os sexos produz saberes e verdades. E através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de sexo. Visando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, elas desejam acentuar, através da linguagem, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (SCOTT *apud* LOURO, 1997).

O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política, que pretende-se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico (LOURO, 1997). Sendo assim, as justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. Neste caso, busca-se evitar afirmações generalizadas a respeito da “mulher” ou do “homem”.

Segundo Scott (1989)² a invenção do conceito foi o resultado de uma tentativa de dar conta de uma história androcêntrica que ao falar em humanidade, pretendia falar em todos os seres. Para essa autora, a História foi responsável pela “produção da diferença sexual”, pois uma narrativa histórica nunca é neutra e quando relata fatos e acontecimentos onde só existem homens, certamente constrói o gênero.

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política, ser homem ou ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos (COLLING, 2014).

Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina. Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o

²https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando.

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997). A autora adverte que a característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos:

[...] papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 1997, p. 24)

A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. Compreende-se que os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas identidade que se transformam, que não são fixa ou permanente. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos, étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc. constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse empurrado em diferentes direções;

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o (HALL apud LOURO, 1997, p.24)

Hutcheon (*apud* COLLING, 2014) sugere a descentralização do conceito de sujeito, porque descentralizar não é negar, mas situar o sujeito, reconhecendo diferenças como as de raça, sexo, classe, etc. Situar o sujeito é reconhecer como

este foi construído e, a partir daí, sugerir noções alternativas de subjetividade. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos.

[...] busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” produzem-se, ou engendram-se, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p 28).

As identidades estão sempre se constituindo em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.

Essas construções e esse arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. Neste sentido o corpo feminino é um “texto” histórico, escrito diversamente ao longo do tempo. Por este motivo, não existe “um” corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais (COLLING, 2014).

A mulher, como o homem, é algo produzido e não pode indagar ao fundo de si para resgatar uma essência. Não existe a verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há nada que possa ser chamado mulher, mas somente relações de poder e de hierarquia socialmente construídas. Desse modo é imperativo desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino (LOURO, 1997).

Há uma compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Essa oposição binária usualmente nos faz equiparar, pela

mesma lógica, outros pares de conceitos, como produção-reprodução, público-privado, razão- sentimento, etc. Tais pares correspondem, é possível imediatamente perceber, ao masculino e ao feminino, e evidenciam a prioridade do primeiro elemento, do qual o outro se deriva, conforme supõe o pensamento dicotômico (LOURO, 1997).

Contrário ao pensamento dicotômico, Boff (2010) afirma que feminino e masculino são da ordem do ser e não do ter. São princípios e dimensões do ser do mesmo e único ser humano. Para ele o feminino e masculino está presente tanto no homem quanto na mulher, o autor faz três considerações sobre esse fato:

[...] primeiro, que o homem e a mulher são sempre diferentes e completos em si mesmo; segundo, que são sempre recíprocos, quer dizer, abertos um ao outro; terceiro, o que são complementares, um ajuda o outro a realizar sua própria humanidade plena e juntos mostram a humanidade total (BOFF, 2010, p. 170).

É importante ressaltar que as diferenças está relacionado ao aparato biológico dos seres humanos. A desigualdade, no entanto, não se refere às características distintas, mas sim a uma circunstância que privilegia algo ou alguém em relação ao outro, independentemente de os dois serem iguais ou diferentes.

Não se deve monopolizar o masculino somente no homem e o feminino somente na mulher, isso é um equívoco da cultura dualista ocidental e de outras culturas patriarcalistas. Ao longo do tempo omitiu-se que o homem e a mulher tem dentro de si a totalidade masculina e feminina, ambas dimensões devem conviver, inter relacionar-se, complementar-se e construir cada ser humano, com ternura e vigor, com subjetividade fecunda e com objetividade segura (BOFF, 2010).

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras).

Ideologia ou igualdade de gênero ?

A final como deverá ser abordado as questões de gênero em sala de aula? Para responder essa pergunta, os conceitos de ideologia e igualdade tornam-se importante. Ideologia³ é um sistema de ideias, valores e princípios que definem uma determinada visão do mundo, fundamentando e orientando a forma de agir de uma pessoa ou de um grupo social (partido ou movimento político, grupo religioso, movimentos sociais, etc.), ou seja, um sistema de ideias sustentadas por um grupo social, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos.

Para Marx, ideologia pode ser entendida, antes de mais nada, como certo o resultado das forças de produção e de das relações de produção, isto é, resultado da luta de classe. Esse conceito marxista de ideologia, permite-se inferir que todos temos ideologias, é uma reflexão sobre como o mundo deve ou deveria ser. Para Filho e Dainezi (2012) a ideologia não é uma explicação científica do mundo, trata-se de uma reflexão sobre como as coisas deveriam ser, sobre como deveriam ser pensadas.

Se partirmos do princípio de que ela não é uma explicação científica, então nenhuma proposta ideológica é verdadeira ou falsa, isso porque a ideologia não se disponha analisar o mundo como ele é, supõe uma imagem do mundo como ele deve/deverá ser.

A ideologia é uma produção do intelecto que o homem que revela muito mais a necessidade que o homem tem de se adaptar no mundo, nesse caso, nossas práticas, hábitos, costumes e condutas são baseadas pela nossa visão de mundo, por isso o termo ideologia de gênero está em conflito.

Nessa dinâmica social, a ideologia é representada por duas atitudes básicas: a dos conservadores e a dos progressistas. A primeira normalmente é a ideologia das classes dominantes, sustentam a própria ordem política vigente, apesar das

³ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ideologia>

marginalizações e exclusões da que causa, defende uma sociedade baseada nos princípios bíblicos, defendem as tradições e os regimes econômicos dominantes.

A segunda, identificam as possibilidades viáveis de transformações, possuem abertura para o novo, para novas ideias e novas práticas. Empenham-se, criam grupos de conscientização, formam quadros para as transformações necessárias, desenvolvem pedagogias populares para fazer dos oprimidos sujeitos de sua libertação e planejam ações de mudança social. Os portadores da ideologia progressista normalmente são os oprimidos e seus aliados de outras classes que assumiram sua causa e sua luta (BOFF, 2010).

Esses são os que defendem a ideologia de gênero como sendo uma bandeira política que visa a igualdade entre os sujeitos plurais. Nesse caso igualdade é qualidade do que é igual ou que não apresenta diferença quantitativa, correspondência perfeita entre as partes de um todo; uniformidade, princípio de organização social segundo o qual todos os indivíduos devem ter os mesmos direitos, deveres, privilégios e oportunidades.

Igualdade entre homens e mulheres vai além do dicionário, também está no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Diz ainda que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, e que a lei deve punir qualquer discriminação aos direitos e liberdade fundamentais.

Há diferenças entre os termos ideologia de gênero e igualdade de gênero. Ao falar de ideologia e não de igualdade se reduz esse conflito em suposições baseadas nas ideias, na visão de mundo, mas ao defender igualdade ao invés de ideologia, o conflito sai do campo das ideias e entra no campo científico, baseados em dados quantitativo e qualitativo que explicitam a desigualdade de gênero e afirma que o papel da mulher é socialmente construído, não é definido pela sua natureza ou pela biologia.

5.1 Trabalho e Emprego

O primeiro o ato humano, para Marx, é o ato de trabalhar. O trabalho como atividade ontológica é o elemento estruturador do ser social, ele é um valor essencial à vida humana e ao conhecimento do homem, pois pelo trabalho se proporciona a

relação do homem com a natureza e com os demais seres, nesse contexto o homem se estabelece como construtor do universo. O fato de ser o trabalho, o primeiro ato do ser social do homem, isso não significa que ele esgote a natureza deste ser. Isto porque, pela sua natureza, o trabalho é uma atividade que tem possibilidade de produzir de forma cada vez mais ampla e mais intensa, com isso o trabalho torna-se complexo na medida em que a produção se expande de forma acelerada.

Para Marx toda a riqueza advém do trabalho e não da natureza em si, o trabalho é uma forma de constituição do humano, já a visão de Adam Smith, também é o trabalho que produz a riqueza das nações, só que o que produz a riqueza de alguns, no caso de Smith é o trabalho dos outros, aquilo que Marx compreendeu e definiu como a Mais Valia.

Ramos (2014) explica que o trabalho é um processo de transformação prática do conhecimento científico, mediada pela experiência e pela reflexividade profissional, com o intuito de atingir resultados concretos. Na perspectiva da educação profissional, o trabalho se opõe a simples formação de trabalhadores, antes se incorporam os valores éticos, conteúdos históricos científicos, a fim de habilitar pessoas para o exercício da cidadania.

Saviane (2003) afirma que o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si: na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção correspondem a modos distintos de educar e com uma correspondente forma dominante de educação. No segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas, que o processo educativo deve preencher, para o exercício de determinadas profissões. Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico.

Para a superação da dualidade histórica da formação básica está a compreensão do trabalho no seu sentido duplo: Trabalho Ontológico e Trabalho Histórico. O primeiro é a relação do homem com a natureza para produzir sua própria existência, assim, produzindo conhecimento. É educativo na medida em que

proporciona a compreensão do processo histórico de produção. Trabalho histórico (emprego) é o trabalho assalariado, produção específica da existência humana sob o capitalismo. É educativo quando coloca exigência específica para o processo produtivo. Nesse sentido fundamenta e justifica a formação específica para o trabalho.

Sob essa concepção o trabalho não pode se reduzir à atividade laborativa ou emprego. Ele aparece como atividade crucial para produção dos elementos necessários para vida biológica e social dos seres humanos. Nessa mesma compreensão está implícito o sentido de propriedade, que no sentido ontológico é o direito do ser humano de apropriar-se, transformar, criar e recriar a natureza pelo seu trabalho. Percebe-se a centralidade do trabalho enquanto práxis, não só no plano econômico, mas no âmbito da arte, cultura, linguagem e símbolos.

A redução do conceito de trabalho a trabalho produtivo (emprego) veio vinculada a uma forte separação que o capitalismo instaurou entre o que é uma esfera produtiva e o que é uma esfera reprodutiva. No capitalismo, é considerado produtivo só aquilo que gera valor de troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se “mercantilizar”. Nesse contexto, conforme o capitalismo avança, com ele também avança a ideia de que o trabalho reprodutivo não é trabalho, porque não se troca no mercado. Nessa concepção desvaloriza-se a força de trabalho das mulheres, uma vez que, infelizmente, em comparação com homens, elas dedicam-se quase que o dobro de tempo com atividades domésticas.

5.2 Sexo Biológico e Gênero

As formulações pedagógicas construídas na ótica feminista apoiam-se no reconhecimento das desigualdades vividas por meninas e mulheres em relação aos meninos e homens, no interior das instituições escolares (LAURO, 1997). Para essa autora, a lógica subjacente a esta proposta se assenta em alguns dualismos: objetividade/subjetividade; ensino/aprendizagem; hierarquia/igualdade — dualismos em que o primeiro termo representa o modelo androcêntrico de educação e o segundo termo aponta para a concepção feminista.

As desigualdades só poderão ser percebidas e desestabilizadas na medida em que estivermos atentos para suas formas de produção e reprodução. Isso implica

operar com base nas próprias experiências pessoais e coletivas, mas também, necessariamente, operar com apoio nas análises e construções teóricas que estão sendo realizadas (LAURO, 1997). Desse modo, é importante conceituar o que é sexo e o que gênero.

Para Corsini (2015) sexo biológico pode ser considerado uma espécie de “embalagem” com que viemos para a vida. O sexo biológico é determinado por cromossomos (XX para as mulheres; XY para os homens); hormônios (estrogênio/progesterona para mulheres; testosterona para homens), e genitália interna e externa (vulva, vagina, clitóris para as mulheres; pênis e testículos para os homens). A noção de divisão sexual do trabalho é utilizada para designar a repartição das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades. Mas foram os estudos de gênero os primeiros a demonstrar que a divisão de tarefas traduzia não uma complementaridade, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres.

O termo gênero começou a ser utilizado pela antropóloga americana Gayle Rubin (1975), que explicava a opressão das mulheres como resultante do sistema de relações sociais, e, desmistificar essa decorrência como oriunda apenas das diferenças biológicas e anatômicas. Rubin defende que as relações sociais organizam a sociedade em termos de atividades masculinas e femininas. Um pouco mais tarde, a historiadora Joan Scott (1990) utilizou a categoria gênero para explicar as relações de poder. Gênero passa a ser entendido como um elemento que constitui as relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos biológico e também uma forma de expressão das relações de poder (CORSINI, 2015). Nesse sentido, o conceito passou a ser mais utilizado para destacar principalmente os aspectos sociais marcados pelas diferenças entre mulher e homem.

No início dos anos 80 teóricas feministas criaram o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público – do trabalho, educação, política, etc. A categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis e teve como objetivo principal introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de

que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social (COLLING, 2014). Para essa autora, esta categoria de análise permite reescrever a história, levando em conta o conjunto das relações humanas, sempre lembrando que a relação entre os sexos produz saberes e verdades.

A categoria gênero é, ao invés disso, uma forma de indicar que os comportamentos atribuídos aos homens e às mulheres são construções sociais, que se baseiam nas relações sociais entre eles. Aos homens é imposto um papel de provedor, de macho viril que “molda” a sua identidade, enquanto às mulheres cabe um papel submisso, passivo, de coadjuvante na sociedade. Compreender que esse pensamento faz parte de uma construção social, histórica e cultural constitui um primeiro passo para questionar a manutenção desta concepção.

Desenvolvimento da Intervenção Pedagógica

Até esse momento foi dedicado aos aspectos teóricos históricos sobre a problemática, bem como os conceitos e que serão abordado a seguir. Entendo que a divisão sexual do trabalho é a consequência dos discursos proferidos sobre a mulher durante a história, também entendo que a divisão sexual do trabalho é, ao mesmo tempo, a causa que mantém desigualdade de gênero no mundo do trabalho.

Espero que, de alguma forma, esse material possa contribuir, auxiliar professor/professor, instrutor/instrutora a intervir, mesmo que seja minimamente, na realidade atual, com aulas que visem desenvolver um olhar crítico dos discentes dos cursos de Educação Profissional Tecnológica sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Desse modo, para atingir esse objetivo, essa Intervenção Pedagógica terá os seguintes objetivos:

Objetivos:

- Discutir os conceitos de trabalho e emprego;
- Discutir aspectos históricos sobre os conceitos de trabalho e emprego;
- Discutir os conceitos de sexo biológico e gênero;

- Discutir aspectos históricos sobre os conceitos de sexo e gênero;
- Problematizar a divisão sexual do trabalho;
- Identificar o conceito de gênero a partir de uma perspectiva histórica, como base para a divisão social do trabalho;
- Refletir sobre divisões e hierarquizações entre homens e mulheres percebidas no cotidiano do trabalho e na sociedade como um todo;

Conteúdos trabalhados

- Apresentar dados sobre a desigualdade de Gênero no Brasil;
- Conceitos de Trabalho, Emprego, Sexo Biológico e Gênero;

Organização da turma

A necessidade de elaboração pessoal do conhecimento acarreta, sobretudo, para alunos mais jovens, a necessidade de favorecer a atividade mental do aluno através de ações que não se limitem a escutar os docentes. A observação, o diálogo ou o debate são atividades imprescindíveis para favorecer o processo construtivo do aluno e para realizar estas atividades é preciso dispor de ambientes e situações que as facilitem.

Pensada como um novo modelo pedagógico construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no espaço escolar, a pedagogia feminista vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais. A voz do/a professor/a, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar distintos saberes (LAURO, 1997). Para isso serão utilizadas perguntas, com o objetivo de estimular a discussão e avaliar a compreensão do aprendizado, não se trata de avaliar certo ou errado, mas usar as resposta como um trampolim para o aprendizado.

Desse modo, a turma será organizada em forma de círculo ou semicírculo, pois esse formato permite o contato visual entre todos os alunos e favorece o debate coletivo, permitindo-lhes conversarem livremente uns com os outros e minimiza a distância emocional e física entre eles, permitindo observar e determinar os conhecimentos prévios que cada discente tem em relação aos novos conteúdos de aprendizagem.

Tempo de aplicação

Para poder saber do que os alunos realmente precisam e o que valorizam e principalmente, quais são suas atitudes, é necessário que na classe e na escola surjam suficientes situações “conflitantes”, que permitam a observação do comportamento de cada um dos discentes (ZABALA, 1998). Nesse caso os debates e as discussões assumem uma grande importância na sequência didática, desse modo o tempo destinado a cada atividade não pode ser inflexível, no entanto deve haver planejamento do tempo estimado de cada atividade. Portanto estima-se o tempo de três (3) horas para cumprir todas as etapas da Intervenção Pedagógicas.

Problematização

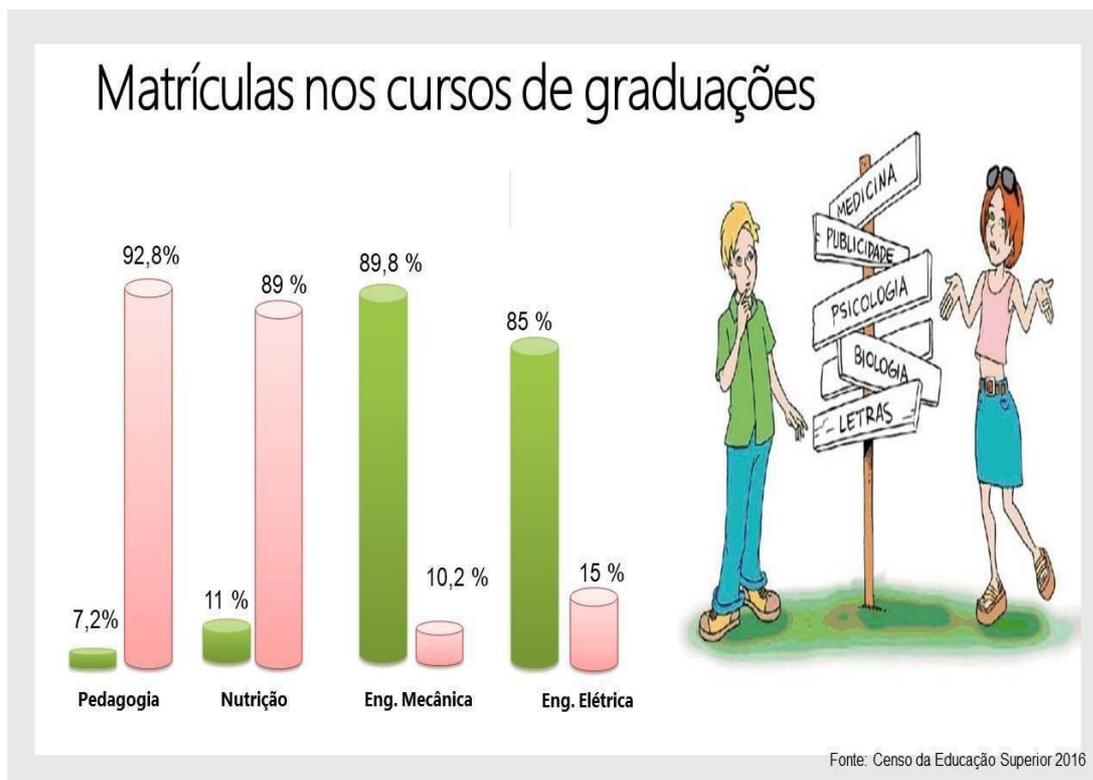
A aprender a diferença entre os conceitos de trabalho e emprego é de suma importância. Essa atividade tem como objetivos introduzir a idéia de divisão sexual do trabalho e desnaturalizar a construção social de que serviços são decorrente da natureza da mulher, exemplo disso são as atividades domésticas. Para isso serão utilizados os dados sobre a segregação profissional, e será conceitualizados os termos Trabalho e Emprego.

Desse modo sugere-se que seja organizada uma roda de conversa, com intuito de problematizar e discutir as escolhas profissionais de mulheres e homens. Recorre-se à perguntas como forma de estimular o diálogo: existem profissões “típicas” de homens e de mulheres?

A fim de apresentar a realidade brasileira, para isso aconselha-se, como forma de explicitar a problemática, a utilização de dados de institutos de pesquisas

que seja reconhecido pela comunidade acadêmica, no caso em questão utilizou-se como referência o Censo da Educação Superior, conforme demonstra a imagem 1.

Imagem 1: Matrículas nos cursos superiores⁴



Fonte: Censo da educação Superior

Conforme as discussões avançam, é necessário provocá-los sobre a diferença entre os termos trabalho e emprego. Para isso sugere-se que seja escrita no quadro a palavra Trabalho e na sequência será perguntado para a turma: o que é trabalho para vocês? As respostas dos alunos serão escritas no quadro, em uma coluna, isso permite ampliar a participação e democratizá-la a todos envolvidos na atividade. Com a coluna da palavra Trabalho preenchida, será criada outra coluna com a palavra Emprego, usando a mesma dinâmica e com o mesmo objetivo da etapa anterior, conforme demonstrado na figura 1.

⁴ Fonte da imagem de ilustração:

<https://rsaude.com.br/maringa/materia/uma-dificil-missao-processo-de-escolha-profissional/5223>

Figura 1: concepção de Trabalho e Emprego

Para vocês o que é Trabalho ?

O que é Emprego ?

O diagrama mostra uma caixa retangular com cantos arredondados, dividida por uma linha vertical central. O lado esquerdo contém o texto 'Para vocês o que é Trabalho ?' e o lado direito contém 'O que é Emprego ?'. Ambas as áreas estão vazias para anotações.

Fonte: Autor

Ao adotar essa dinâmica, estará sendo estimulada a discussão, que os alunos entrem em conflito com suas próprias concepções sobre os conceitos abordados, além de inferir os conhecimentos prévios. Esses conhecimentos serão o ponto de partida para as discussões a seguir.

Antes de seguir nas discussões, é desejável que os alunos tenham compreensão do processo do trabalho, pois é isso que nos torna diferentes dos outros animais, a forma de como nos relacionamos com a natureza. O ser humano é extremamente interativo adaptativo e flexível, faz a natureza se adaptar às suas necessidades e as suas capacidades de criação, faz isso pelo trabalho.

Para facilitar a assimilação desse processo, o professor/professora pode usar o contexto de sala de aula como exemplo. Os objetos que contém numa sala de aula (quadro, mesa, cadeiras, lápis, etc....) é algo natural ou o homem adaptou para suas necessidades? A imagem abaixo pode ser usada para explicar a interação homem e natureza.

Imagem 2: Processo do trabalho



Fonte: Autor

A partir da compreensão do processo do trabalho bem como as diferenças dos conceitos de trabalho e emprego, o mediador pode questionar a turma: Qual a relação da cultura e natureza nas escolhas profissionais? A docência é exercida predominantemente por mulheres, isso é porque as mulheres possuem predisposições naturais para exercer essa profissão?

Por que profissões que denotam cuidados, sensibilidade, ternura, meiguice e paciência são atividades vinculadas às mulheres? Em outros casos, como nas áreas das ciências exatas e nas engenharias, que requerem raciocínio, rapidez, sagacidade, objetividade, foram historicamente construídas como lugares masculinos? Isso é biologicamente ou socialmente construído? Por que meninos brincam de carrinho e meninas de boneca?

Levando em consideração o nível de compreensão dos alunos do que é cultural e natural, poderá ser problematizado o trabalho reprodutivo, aquele que não

há remuneração salarial, que permanecem majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, para isso sugere-se a utilização da imagem 3.

Imagem 3: Horas de trabalho domésticos⁵



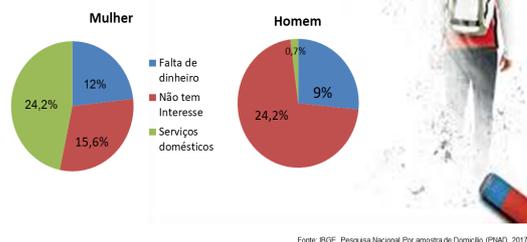
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (2017)

É desejável que os alunos percebam que a força de trabalho da mulher é explorada tanto na esfera da produção, com profissões desvalorizadas e com baixos salários em comparação aos homens, como na esfera reprodutiva, uma vez que são encarregadas dos trabalhos domésticos. Essa dupla jornada de trabalho da mulher, tem como uma das principais consequência a evasão escolar (imagem 4).

⁵ Fonte de imagem de ilustração
<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/11/09/avancamos-so-que-nao/>

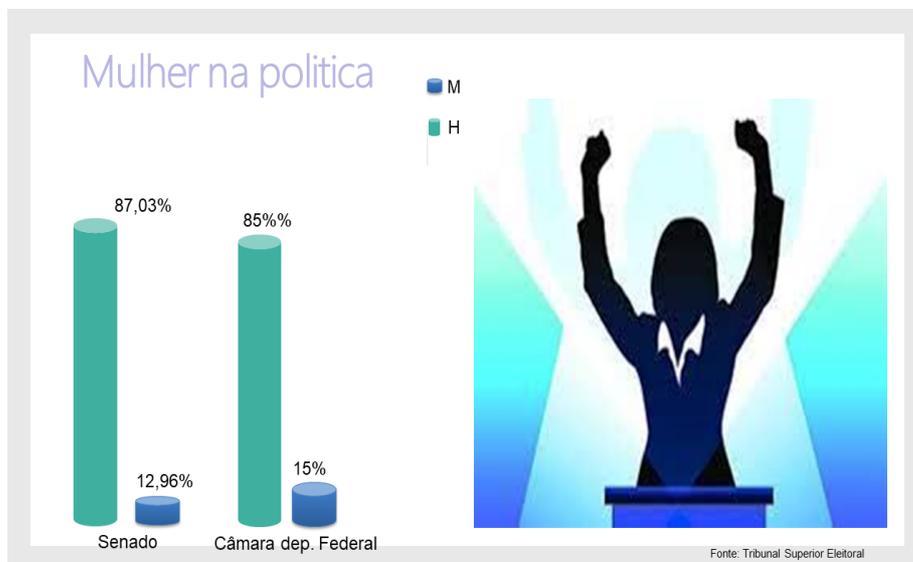
Imagem 4: Evasão Escolar⁶

Motivos da evasão escolar



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (2017)

É necessário que o professor provoque a reflexão dos alunos sobre os dados supracitados. Isso é socialmente construído ou decorrente da naturalidade feminina para os trabalhos domésticos? Outra consequência, da dupla exploração, é a baixa representatividade da mulher em cargos políticos.

Imagem 5: Mulher em cargos políticos⁷

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁶ Fonte da imagem de ilustrações <https://istoe.com.br/uma-nova-e-preocupante-evasao-escolar/>

⁷ Fonte da imagem de ilustrações

<http://www.mulheressocialistas.org.br/propostas-para-aumentar-participacao-feminina-na-politica-brasileira/>

Essa desigualdade também ocorre para os cargos de chefes do executivo municipal. Câmara de Vereadores – 57814 homens e 7803 mulheres (11,89%) (2016); Prefeitos – 4932 homens e 638 mulheres (menos de 0,8%) - 2016; Vereadoras mulheres e negras, como Marielle assassinada no Rio, ocupam menos de 1% dos cargos eletivos. A partir de 2000 as mulheres ocupam entre 11 a 14% dos cargos de vereadores no país; Apesar da legislação impor cota de gênero, a participação feminina na política ainda é pequena se comparada aos homens. Percebe-se que a estrutura de poder permanece nas mãos dos homens.

Nesse momento da discussão é imprescindível que o aluno tenha entendimento que no processo de trabalho, além da interação homem e natureza ocorrem interações sociais. Os seres humanos não vivem, convivem. Associam-se em famílias, tribos, vilas, cidades, estados. Introduzem divisão social do trabalho, distribuem as responsabilidades, a partir da sua participação nos processos produtivos e na capacidade decisão sociais, criam grupos sociais diferenciados.

Nesse contexto, construiu-se discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher nas relações sociais. Desse modo as relações de poder entre homens e mulheres, eram também relações entre rua (público) e casa (privado), dessa forma, por muito tempo as mulheres não poderiam exercer certas atividades.

Para exemplificar a dimensão dessa relação público/privado, retomar o caso Olympe de Gouges, morta por querer ser um homem de estado e querer trair sua natureza para serviços domésticos. Qual a relação desse fato com o baixo número de mulheres em cargos políticos? O porquê há poucas mulheres em cargos políticos?

É desejável que os alunos tenham percebido que, embora tenham ocorridos avanços culturais, a estrutura de poder, aquele que detém a tomada de decisões, permanecem nas mãos dos homens, devido o baixo número de mulheres em cargos políticos, por que isso acontece? Será que é porque existe uma sociedade machista? Dependendo do nível de compreensão dos alunos e de como estão sendo desenvolvidas as discussões poderão ser abordados os conceitos de machismo e feminismo.

As relações sociais só é possível porque existe um elemento central que nos torna sociável, presente em todos os períodos históricos, a Linguagem. Ela foi/é fundamental na construção/reconstrução da sociedade, é através dela que se constroem os discursos, seja de opressão ou de libertação.

A linguagem e a comunicação estão na base da sociedade humana, sem o domínio linguístico, sem a lógica comunicativa e participatória não se constrói a coesão social, nem a criatividade de sentido do mundo, nem as intervenções que modificam o meio ambiente. Nesse sentido, é necessário que os alunos entendam como foram construídos os discursos sobre a mulher, para isso sugere-se recortar algumas frases utilizadas nas revistas femininas⁸ da década de 50 e 60. Seguem algumas delas:

“Se desconfiar de infidelidade do marido, a esposa deve redobrar os carinhos e provas de afectos, sem questioná-lo nunca”. (Revista Claudia, 1962)

“Desordem na casa de banho, desperta no marido vontade de ir tomar banho fora de casa”. (Jornal das Moças, 1965)

“A mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, servindo-lhe uma cerveja bem gelada. Nada de incomodá-lo com serviços ou notícias domésticas”. (Jornal das Moças, 1959)

“ Se o seu marido fuma, não discuta pelo simples facto de deixar cair cinzas no tapete. Espalhe cinzeiros por toda casa”. (Jornal das Moças, 1957)

“ O noivado longo é um perigo, mas nunca sugira o matrimônio. ELE é quem decide- sempre”. (Revista Querida, 1953)

“O lugar de mulher é no lar. O trabalho fora de casa masculiniza” (Revista Querida, 1955)

⁸ <https://pt.slideshare.net/malubozzani/revistas-femininas-anos-50-e-60>

Espera-se que o professor/professora, bem como os alunos, tenham percebido que a linguagem/discurso é o elemento central de poder, pois graças a ela o homem pode vislumbrar a construção do mundo, ela é igual à força, ao poder e à dominação. É pela a palavra que se busca a dominação. A linguagem é o instrumento de dominação do homem pelo próprio homem, no caso da problemática abordada neste estudo, é instrumento de dominação do homem sobre a mulher. Desse modo, os sentidos das palavras são definidos, a rigor, a partir de relações de poder, por isso a importância que os alunos entendam como se produzem e reproduzem os discursos machistas que, infelizmente, ainda vigoram na sociedade.

Nesse momento, pode ser oportuno a problematização dos conceitos de sexo biológico e gênero. Para abordar esses conceitos, sugere-se a mesma metodologia de diálogo utilizada para tratar dos conceitos de Trabalho e Emprego (figura 1). Conforme as discussões vão avançando, é interessante a problematização das expressões “Ideologia de Gênero” e “Igualdade de Gênero” (ver glossário), isso porque são expressões estão em disputa e continuamente aparecem na mídia.

Para finalizar a problematização, ressalta-se a importância de disputar o discurso, nesse processo de evolução social, em busca de uma sociedade igualitária. Portanto se os discursos que definiram e definem o papel do homem e da mulher nascem em uma determinada estrutura de poder, esses discursos podem/devem serem desfeitos, sob a condição que se saibam como foram construídos.

Organização do Conhecimento

Com a finalidade de retomar os conceitos trabalhados e problematizá-los com questões de gênero, serão apresentadas duas imagens para a turma. A figura 2, apresentada abaixo, trata-se de uma manchete noticiária, e tem como objetivo propor uma reflexão sobre a afirmativa explícita na imagem. Algumas perguntas poderão ser utilizadas para mediar o debate, entre elas: há trabalhadores sem trabalho? a notícia correta não seria que 13 milhões de trabalhadores estão sem

emprego? Existem trabalhadores sem emprego? Esses termos, trabalho e emprego, costumam ser confundidos?

Imagem 6: Trabalho “reduzido” a emprego



Fonte: SBT jornalismo⁹

A próxima figura (figura 3) é ainda mais emblemática, pois trata diretamente da dicotomia entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Após a exposição da imagem, os participantes da atividade devem ser estimulados a refletirem se a fotografia retrata uma situação de emprego ou de trabalho?

Imagem 7- Trabalho ou Emprego ?



Fonte: domesticalega¹⁰

⁹ Disponível em :<https://www.youtube.com/watch?v=uUXWD6aCAFA>

¹⁰ Disponível em

<http://www.domesticalegal.com.br/principais-mudancas-no-emprego-domestico-com-reforma-trabalhista/>

Se a mulher estiver vendendo sua força de trabalho será de emprego, caso contrário será de trabalho. O ideal, ao final da análise conjunta, é que os discentes constatem que nem todo trabalho é emprego, mas todo emprego é trabalho. O objetivo é que alunos, movimentos sociais outros, apreendem os sentidos e distinções que foram sendo construídas sobre trabalho na sua dimensão ontológica.

Depois de feitas essas atividade será apresentada a seguinte questão: Mulher do “lar” trabalha? Essa questão permite a reflexão sobre o trabalho reprodutivos: vocês concordam que a mulher trabalha quase o dobro em relação aos homens?

A partir das concepções de trabalho e emprego, é necessário relacioná-los com as questões de gênero, isso deve ser feito de forma dinâmica¹¹. Será entregue aos discentes uma folha com algumas proposições, eles terão que responder se a proposição está relacionada ao conceito de sexo biológico representado pela letra **S** ou ao conceito de gênero representado pela letra **G**:

1. Mulher dá à luz a bebês; os homens não. ()
2. Meninas são delicadas; meninos são brutos. ()
3. Quando uma menina recebe bonecas para brincar, vai aprendendo como cuidar de crianças. ()
4. Mulheres podem amamentar bebês; os homens tem que alimentar os bebês com mamadeira. ()
5. Meninos vestem azul; meninas vestem rosa. ()
6. A voz dos meninos muda na puberdade; a voz das meninas não muda. ()
7. Na nossa sociedade, a maioria das mulheres prepara a comida e cuida da casa. ()
8. Na divisão de tarefas no trabalho, as que exigem força física e destreza em geral são dadas aos homens. ()
9. Homens praticam futebol e mulheres praticam dança. ()

Este exercício tem a finalidade de gerar um momento da discussão e reflexão sobre as respostas, além de averiguar a aprendizagem dos conceitos. O “gabarito”

¹¹ As dinâmicas que serão apresentadas são adaptações do documento Projeto Gênero e direitos Humanos: Construindo Diálogo para a Autonomia Econômica realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para a ONU Mulheres e o Instituto Coca-cola Brasil.

será posto no quadro e, posteriormente, será iniciado um diálogo, com as seguintes questões: alguma dessas frases te surpreendeu? Alguma das respostas foi diferente do que tinha pensado? As frases dão a entender que comportamentos são aprendidos, ou já nascemos com comportamentos definidos?

Saber os conceitos “sexo biológico” e “gênero” é importante porque revelam, em parte, a oposição fundante entre natureza e cultura e a dicotomia entre ciências humanas e biociência; ajuda incorporar a perspectiva de gênero com vistas à redução das desigualdades e à promoção de direitos de cidadania; identificar situações em que as atribuições e as designações de tarefas no mundo do trabalho estão orientadas por visões sexistas e estereótipos de gênero; faz refletir sobre os próprios preconceitos e para o pressuposto acerca da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero;

Serão os objetivos da próxima dinâmica: identificar situações em que as atribuições e as designações das tarefas no mundo do trabalho estão orientadas por divisões sexistas e estereótipos de gênero, bem como refletir sobre as ideias e impressões acerca de papéis de homens e mulheres e da divisão de tarefas nos ambientes de trabalho; além de iniciar a discussão sobre as consequências dos preconceitos e dos estereótipos no dia a dia.

Deverá ser explicado ao grupo que será feita uma atividade, enfatizando que não se trata de um teste de conhecimentos, que não existem respostas certas e erradas, e que as respostas devem ser espontâneas e sinceras, e, que não devem ser copiadas dos colegas. O símbolo arroba @ quer dizer que pode ser “o” ou “a”. Serão entregues folhas com a tabela (tabela 1) eles deverão responder marcando com um X na coluna homem se aquela atividade é “tipicamente” masculina ou na coluna mulher se aquela atividade é “tipicamente” feminina.

Tabela 1- Atividade usada dinâmica 2

Profissões		Homens	Mulher
	1. Cozinheir@		
	2. Profess@r		

	3. Agricultor@		
	4. Enfermeir@		
	5. Costureir@		
	6. Agente comunitári@ de saúde		
	7. Pesquisad@r		
	8. Engenheir@ Civil		
	9. Polític@		
	10. Engenheir@ Mecânic@		
	11- Medic@		
	12- Advogad@		
Tarefas	13. Cuidar de Crianças		
	14. Operar máquinas		
	15. Cozinhar		
	16. Costurar		
	17. Cuidar da horta		
	18. Fazer faxina		
	19. Líder sindical		
	20. Servir cafezinho		
	21. Chefe de família		
	22. Dirigir vans e ônibus		
	23. Gerente de multinacional		

Fonte: Autor

Para estimular a discussão sobre o tema, após o preenchimento as folhas serão recolhidas, embaralhadas e distribuídas novamente entre os discentes, de forma que cada um receba uma folha diferente, assim será preservado o anonimato das respostas. Todas as profissões e atividade constante na tabela serão lidas e será pedido que os discentes levantem a mão se a resposta que estiver na sua folha for “homens” ou “mulheres”. Isso será contabilizado.

Feito isso, será dialogado com os discentes sobre a relação dos papéis e às tarefas de mulheres e homens na sociedade. Por exemplo: existem tarefas ou atividades exclusivamente femininas ou masculinas? Por que é pensado que homens ou mulheres devem desempenhar uma determinada tarefa ou atividade em particular?

Aplicação do Conhecimento

Após a problematização e organizado os conhecimentos, a turma será dividida em grupos, e será solicitado para que os alunos reflitam sobre possíveis formas de intervenção na desigualdade de gênero no Brasil. A intenção é de avaliar o nível de engajamento dos alunos para resolver o problema. Os discentes voltam a se reunir, agora com novas e diferentes informações, que deverão ser aplicadas, compartilhadas, discutidas e avaliadas até que o grupo alcance uma ou mais novas conclusões. Dessa forma, serão discutidas as possíveis soluções apresentadas por cada grupo.

A reflexão por parte do aluno é um aspecto muito importante e, conseqüentemente, na sua avaliação, ela promove o aprendizado independente e a comunicação, além de facilitar as atividades de sala de aula. Há intenção de promover a reflexão incentivando à auto avaliação e a avaliação entre ou por pares. Aqui é importante explicar que a avaliação por/entre pares não é aquela em que os alunos realizam uma avaliação em duplas. A avaliação por/entre pares é quando os alunos são convidados a avaliar o trabalho/tarefa/exercício do colega.

Quando os alunos são incentivados a olharem para o seu próprio trabalho e para o trabalho dos outros de forma crítica e construtiva, eles desenvolvem um “faro”

para a qualidade. Ao observar os trabalhos dos colegas, eles conseguirão reconhecer onde eles mesmos precisam melhorar (CAMARGO, 2019). Ao trabalhar de forma colaborativa, os alunos podem desenvolver a capacidade de discutir habitualmente seus trabalhos e a aprendizagem envolvida e, assim, se tornarão mais confiantes e críticos.

Para que a reflexão do próprio discente sobre as soluções apontadas seja eficaz, eles devem primeiro saber o que estão julgando, nesse sentido serão questionados sobre: quais os impactos da solução apresentada na resolução da desigualdade de gênero? Poderão surgir soluções locais ou globais, como exemplo a divisão igualitária das tarefas domésticas ou criação/ reforço das políticas públicas sobre a temática. Percebe-se que a primeira solução apresentada tem um caráter local, isso porque traz impacto somente nos grupos familiares onde estes sujeitos estão inseridos, entretanto, a segunda solução traz uma reflexão mais ampla e profunda sobre a problemática. Independente da amplitude das soluções apresentadas, o principal objetivo é demonstrar a importância dos debates públicos para reduzir a desigualdade de gênero e o papel fundamental da educação neste processo.

Considerações finais

Caro leitor/leitora espero que tenha percebido como as desigualdades históricas entre homens e mulheres envolvem interações sociais, características culturais e relações de poder, e da importância de abordar esse tema em sala de aula. Gênero é uma construção social que tem como base as diferenças entre os sexos, mas não se confunde com a sexualidade nem com a reprodução sexual.

Acompanhamos a evolução sócio-histórica da humanidade desde a primeira revolução agrícola, passando pela revolução industrial e do conhecimento, culminando nas questões da divisão sexual do trabalho e de diferentes papéis de gênero. Através dos discursos foi possível perceber as hierarquias e subordinações presentes nas relações cotidianas de trabalho, a valorização de alguns tipos de trabalho apesar do reconhecimento da importância do trabalho doméstico e do

cuidado, a acumulação de tarefas e da dupla jornada de trabalho que atinge grande parte das mulheres ativas.

Nesse percurso, foi destacado que entre as causas das desigualdades entre mulheres e homens está a invisibilidade das diferentes formas de opressão, bem como a naturalização das diferenças em razão de determinantes físicos e biológicos. Nesse sentido é preciso que, cada vez mais, que sejam estimulados debates sobre a desigualdade de gênero, seja em espaços escolares ou não escolares, só assim teremos uma sociedade justa e igualitária para todos.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo- SP: Boitempo, v. 9, 2009.

ARAUJO, R. M. D. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino Integrado. **Revista Educação em Questão** , Natal , v. 52, n. 38, p. 61-80, Maio-Agosto 2015. ISSN 1981-1802.

CARVALHO, M. G.; CASAGRANDE, L. S. Mulheres e Ciência: Desafios e conquistas. **Revista Internacional Interdisciplinar- INTERthesis**, Florianópolis-SC, v. 08, n. 02, 2011. ISSN 1807-1384.

CHASSOT, A. **A ciência é masculina ? É, sim senhora !** 8. ed. São Leopoldo-RS: Unisinos , 2017.

COLLING, A. M. **Tempos Diferentes, Discursos iguais**: A construção do corpo feminino na história. 1. ed. Dourados-MS: UFGD, v. 1, 2014.

CORSINI, L. Gênero. In: TRABALHO REALIZADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM), P. A. O. M. E. I. C.-C. **projeto Gênero e Direitos Humanos**: Construindo diálogo para Autonomia Econômica. 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 1, 2015. Cap. 1, p. 29-50.

COSTA, R. G.; PINHEIRO, P. W. M. A pertinência da categoria divisão sexual do trabalho para análise da morfologia do trabalho na contemporaneidade. **Emancipação** , Ponta Grossa , v. 15, n. 1, p. 43-57, 2012.

FILHO, C. D. B.; DAINEZI, G. F. **Devaneios sobre a atualidade do Capital**. 1º. ed. Porto Alegre : CDG Edições, v. I, 2012.

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 709-732, Setembro- dezembro 2012.

KOVALESKI, N. V. J.; PILATTI, L. A. As escolhas de cursos pelas mulheres: qual a formação para qual papéis sociais? o caso das estudantes do centro Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná- Unidade Ponta Grossa. **Revista gestão Industrial**, Curitiba-PR, v. 1, n. 1, p. 89-103, 2005. ISSN 1808-0448.

LAURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista**. 6º. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero, Indicadores sociais das mulheres no Brasil** Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em 24/05/2019

_____ **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017**. Disponível em <https://www.abmes.org.br/documentos/detalhe/614/pesquisa-nacional-por-amostra-d-e-domicilios-continua-pnadc-2017> Acesso em 10/02/2019

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e Tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, p. 68-77, 2011.

RAMOS, M. N. O ESTUDO DE SABERES PROFISSIONAIS NA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA. **Educação em Revista**, Belo Horizonte-MG, v. 30, n. 04, p. 105-125, Outubro-Dezembro 2014. ISSN 1982-6621.

SAVIANI, D. Choque teórico da politecnia. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, Março-Agosto 2003. ISSN 1981-7748.

SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: Um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

RESUMO TÉCNICO: **Censo da Educação Superior 2016. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018**. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf Acesso em 04/05/2019

ZABALA, A. **A Prática Educativa; como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

